



SEGURANÇA PÚBLICA

Senador Wilder quer destinar armas apreendidas às polícias; ministro da Justiça policiais mais bem armados



CERRADO



Goiânia, QUINTA-FEIRA, 18 de agosto de 2016

-  www.wildermorais.com.br
-  facebook.com/wildermorais
-  instagram.com/wildermorais
-  twitter.com/wildermorais

TEATRO GOIÂNIA

Maestro italiano rege Filarmônica de Goiás



MATTEO PAGLIARI

Com batuta delicada, Matteo Pagliari tenta acesso a um seletor grupo de regentes do primeiro time da música erudita

TEATRO GOIÂNIA

Concerto para abrir os ouvidos

WELLITON CARLOS

O pianista Ronaldo Rolim se apresenta nesta sexta-feira, 18, com a Filarmônica de Goiás em um recital no Teatro Goiânia. O espetáculo é gratuito e traz para o palco composições brasileiras e obras clássicas.

O protagonismo do pianista será dividido com a apresentação da Filarmônica de Goiás, que tem realizado reiteradas apresentações formadoras de público no Estado.

O mais interessante desta apresentação é o repertório, esteticamente e oportuna-

mente mais sério do que as músicas tocadas ao ar livre para a grande massa – outra importante ação da orquestra tendo em vista divulgar a força e expressividade da música instrumental e de concerto.

Dentre as peças selecionadas para a noite, o artista e a orquestra apresentarão “Abertura Concertante” (Camargo Guarnieri), “Concerto para Piano e Orquestra” (Mozart), “Suíte Nordestina” (Mahle) e a “Sinfonia nº 2”, de Ludwig Van Beethoven.

O espetáculo que começa às 20h30 integra a série “Quinta Clássica” da Orquestra Filarmô-

nica de Goiás e contará com a batuta delicada do regente italiano Matteo Pagliari, que aos 42 anos tenta acesso a um seleto grupo de regentes do primeiro time da música erudita.

O jovem regente já foi aluno do inglês Neil Thompson, que reestruturou a orquestra goiana, e do brasileiro Isaac Karabtchevsky. Realiza um bom trabalho na Sinfônica Nacional do Peru e competiu em várias seleções de regentes no mundo, como o Concurso International Jesus Lopez Cobos.

O maestro é um dedicado músico e interessado nas ma-

nifestações artísticas paralelas, como a publicação de livros. É autor de uma obra sobre o pianista Glenn Gould, um dos principais intérpretes de J.S Bach.

Ronaldo Rolim está para o piano assim como o maestro Matteo Pagliari está para a regência. É um jovem em busca de espaço nas orquestras intermediárias do mundo e que apresenta grande capacidade de sintetizar um repertório ao mesmo tempo sensível e variado.

DOCTORADO

Bolsista integral da Fundação Magda Tagliaferro, de São Paulo,

ele foi um dos jovens a ser redescoberto por Zilda Cândida dos Santos e Armando Fava Filho. Atravessou as décadas de 1990 e 2000 vencendo concursos de piano. Aos 30 anos, é aluno do programa de Doutorado da Yale School of Music, em New Haven, nos Estados Unidos.

Ronaldo Rolim é aluno do russo Boris Berman, conhecido no meio erudito por ser o primeiro a tocar peças de compositores como Arnold Schoenberg, Karlheinz Stockhausen, Luciano Berio e György Ligeti – nomes de primeira ordem da música contemporânea.

Repertório especial para ouvintes antenados

O repertório do espetáculo é, de fato, o mais importante, principalmente por trazer ao público uma obra de Camargo Guarnieri – um dos principais compositores eruditos brasileiros.

Guarnieri foi professor de música da Universidade Federal de Goiás (UFG) graças aos esforços da pianista Belkiss Carneiro Mendonça e outros integrantes da escola.

Compositor erudito, pianista, arranjador, poeta, letrista e regente, Guarnieri está no mesmo patamar de Villa Lobos e merece cada vez mais o reconhecimento nacional de seus feitos. Suas composições não são fáceis, exploram os limites das dissonâncias, realizam inversões significativas nas estruturas escolhidas para se expressar e quase sempre surpreende o ouvido pouco acostumado às novidades.

A “Abertura Concertante” é uma ode ao compositor americano Aaron Copland, também modernista que desbravou a atmosfera revolucionária modernista.

A música começa com fraseados tensos que se contrapõem ao ritmo da percussão. O estilo é neoclássico, mas atravessado pela atmosfera musical das primeiras décadas do século 20. O motivo que se repete em vários instrumentos é acompanhado de perto pelo tímpano – o instrumento percussivo que cria toda a tensão da música.

A estrutura musical é de movimentos rápidos, lentos e novamente rápido. Os violinos em terças (da melodia central) fazem a música criar uma sen-

sação nostálgica, uma ambientação que lembra, sim, a música americana de Copland.

A coda é mais brilhante do que as três partes anteriores, dando expressividade e finalizando a música com volumes expressivos de som.

Outro compositor de vigor é Ernst Mahle, que nasceu na Alemanha, mas que desenvolveu sua produção artística no Brasil.

Será apresentada dele a também contemporânea e tensa “Suíte Nordestina” – uma música expressiva que forma uma imensa parede sonora e que permite os violinos passarem ora pelas melodias agressivas do sertão brasileiro ora pelas tensas melodias dissonantes da música contemporânea, que não faz concessões ao melodismo fácil.

Para balancear com a música erudita brasileira, os músicos interpretam o “Concerto para Piano e Orquestra”, de W. Amadeus Mozart, e a “Sinfonia n. 2”, de Beethoven, que tem início também com um rompante de percussão e depois anuncia um melodismo na tonalidade de ré maior.

Para interessados em boa música, a hora é agora. O repertório não é fácil. Ao contrário: exige do ouvinte esforço para conhecer o novo e perceber a riqueza de detalhes. Obras escritas há tanto tempo ainda são novas para os ouvintes acostumados às frases já mastigadas pela indústria cultural. No Teatro Goiânia será diferente: o ouvinte terá novas experiências, principalmente com a audição de Guarnieri e Mahle.

Ronaldo Rolim é aluno do russo Boris Berman, conhecido no meio erudito por ser o primeiro a tocar peças de compostas por nomes de primeira ordem da música contemporânea



SEGURANÇA

Senador Wilder tem projeto ideal para ações defendidas pelo ministro da Justiça



Wilder quer destinar armas apreendidas às polícias; ministro policiais mais bem armados

JOÃO CARVALHO

O ministro da Justiça, Alexandre de Moraes, defendeu em entrevista ação semelhante à que defende o Projeto de Lei do Senado (PLS) 285/2016, apresentado pelo senador Wilder Moraes (PP), que destina armas apreendidas às forças policiais do País. Hoje, de acordo com o Estatuto do Desarmamento, as armas que são tomadas dos bandidos devem ser destruídas. A iniciativa de Wilder é evitar que isso ocorra e que o armamento em condições de uso fique com os policiais, especialmente aqueles que forem diretamente responsáveis pela apreensão.

Em entrevista concedida na Cidade da Polícia, na zona norte do Rio de Janeiro, o ministro Alexandre Moraes afirmou que a prioridade do Ministério da Justiça, nesse momento, é investir em “equipamentos para inteligência e equipamentos bélicos”. Ele assegurou que o Brasil precisa de menos pesquisa em segurança e mais armamento. O ministro ainda criticou os investimentos do governo federal nos últimos anos em diagnósticos de segurança pública.

Ficou claro, de acordo com as declarações do ministro, que o País precisa mais, neste momento, de investimento em armamentos para as forças policiais. Ele disse que já pediu à comissão orçamentária da Pasta para “alterar várias rubricas”, para poder concentrar ações no que chamou de fortalecimento da Polícia. Alexandre Moraes ne-

gou que no novo governo haja uma política de enfrentamento ao crime, e preferiu chamá-la de política de legalidade.

Mas o senador Wilder Moraes não tem dúvidas sobre a necessidade do investimento que deve ser feito nos policiais para assegurar a eles melhores condições de enfrentar bandidos que, nessa espécie de corrida armamentista, estão ganhando com armas de grosso calibre e bem mais sofisticadas, impondo o terror à sociedade e muitas vezes colocando os policiais em posição de desvantagem.

O projeto do senador Wilder é claro sobre a questão das apreensões. Ele prevê que armas apreendidas nas mãos dos bandidos devem ser destinadas aos policiais. E que 50% delas devem ficar no local onde ela foi apreendida. Ou seja, se a Polícia Militar faz uma grande apreensão de armamento, 50% dele deve ser entregue à essa força policial. Os outros 50% podem ser divididos em outras regiões, de acordo com a necessidade.

Segundo Wilder, essa é uma medida que tem dois efeitos imediatos: aumenta a quantidade de armas disponíveis nas mãos dos policiais e reduz custos para os governos com a aquisição novos armamentos. “Espero que o Senado aprove esse projeto. Nossos policiais precisam de mais e melhores armas. E hoje a destruição pura e simples do que foi apreendido de armamento é um contrassenso”, defendeu o senador Wilder.

COMBATE À SONEGAÇÃO

‘Acordo entre PGE e Sefaz em cobrança de dívida ativa dará sustentabilidade financeira ao Estado’

Um termo de cooperação inédito foi assinado na tarde desta quinta-feira, 17, entre o Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Fazenda (Sefaz), e a Procuradoria-Geral do Estado (PGE), visando recuperar judicialmente impostos sonegados, fechar o cerco aos maus pagadores e combater a sonegação fiscal em Goiás. De acordo com o governador Marconi Perillo, o trabalho em conjunto entre as duas instituições dará sustentabilidade à estrutura financeira do Estado.

“Esse esforço conjunto de toda a nossa equipe tem o objetivo de dar sustentabilidade à estrutura financeira do Estado agora e daqui para frente. Se nós quisermos manter as obrigações do Estado em dia, é fundamental esse diálogo e

cooperação entre Fazenda e Procuradoria-Geral. Eu tenho convicção de que vocês são capazes de nos auxiliar nesse momento de transição de uma profunda crise para momento de estabilidade e prosperidade”, afirmou Marconi.

O termo de cooperação vai possibilitar que PGE e Sefaz atuem para apressar a cobrança judicial de créditos tributários e não tributários inscritos em dívida ativa. Está previsto aumento na arrecadação dos créditos fiscais ajuizados em R\$ 50 milhões ao longo de 12 meses.

O foco são a soma de autos de infração a partir de R\$ 500 mil e as petições de créditos não tributários acima de R\$ 1,8 mil – desde que inscritos em dívida ativa, aptos para tal. O total de ações chega a 414 petições tri-

butárias de empresas ativas, no valor total de R\$ 1,4 bilhão, além de 611 petições tributárias de empresas inativas, no valor total de R\$ 2,3 bilhões. Essas petições devem ser encaminhadas à PGE no prazo de dez dias para serem ajuizadas. Portanto, a meta é recuperar R\$ 3,7 bilhões de créditos tributários.

A força tarefa contará com o auxílio de 28 procuradores do Estado, auditores fiscais, serviço de inteligência da Sefaz e servidores das duas pastas. Haverá atuação conjunta e estratégica, especialmente junto ao poder judiciário, no acompanhamento das novas execuções fiscais e dos processos já em tramitação com valores expressivos, além da troca ágil de documentos e informações que permitirão o sucesso da empreitada.



Marconi, ao assinar termo de cooperação, entre o Governo do Estado e a PGE, para recuperação de impostos sonegados

MP 727

Senador Wilder debate parcerias e investimentos da principal medida de Temer

RAFAELA FEIJÓ

Relator da Medida Provisória 727/2016, que cria o Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), o senador Wilder Morais se reuniu com o secretário-executivo do PPI, Moreira Franco, para debater a MP e o relatório apresentado pelo senador na última semana.

"Enquanto relator da MP 727 busquei o diálogo com membros do governo para acompanhar o que está sendo feito na secretaria do PPI e estabelecer critérios que estimulem a captação de investidores e garanta a devida segurança jurídica tanto para o setor produtivo quanto para

a retomada da economia brasileira. Isso a curto e a longo prazo", disse o senador Wilder.

Segundo ele, uma das principais críticas recebidas com relação às parcerias público-privadas foi a burocracia e a falta de suporte ao empreendedor. "O que pode ser vencido com iniciativas inovadoras como o PPI", observa ele.

Wilder debateu o relatório apresentado por ele na última semana com Moreira Franco e o presidente da Comissão Especial que analisa a proposta no Congresso Nacional, deputado Júlio Lopes.

Participaram também da reunião o senador Hélio José, especialistas que atuam no PPI e consultores jurídicos do Senado.



Relator da MP 727, Wilder diz a Moreira Franco que burocracia emperra parcerias público-privadas

SENADOR WILDER NA MÍDIA

JORNAL DO VALE

☰
CATEGORIAS UTILIDADE PÚBLICA ELEIÇÕES COTIDIANO TECNOLOGIA VALECAP

Também no WHATSAPP (62) 99672-4664

Envie sua sugestão de pauta, foto e vídeo

NOTÍCIAS / PRIMEIRA LEITURA / INTERNAUTAS APROVAM PROJETO DO SENADOR WILDER QUE DESTINA ÀS POLÍCIAS ARMAS APREENDIDAS f Curtir

PRIMEIRA LEITURA Tweeter

Internautas aprovam projeto do senador Wilder que destina às polícias armas apreendidas

Internautas que visitam o site do Senado podem opinar sobre proposições que tramitam naquela Casa de Leis. O espaço permite que o cidadão expresse se é a favor ou contra determinada iniciativa. O senador Wilder Morais tem vários projetos de sua autoria em tramitação. O Projeto de Lei do Senado (PLS) 285/2016 chama a atenção, pois foi o que recebeu o maior número de opiniões dos internautas, que se manifestaram favoráveis à iniciativa.

O PLS 285 é uma resposta do senador Wilder Morais ao avanço da criminalidade no País e a violência a que estão submetidos policiais e demais integrantes das forças policiais. De acordo com esse projeto, o Estatuto do Desarmamento (Lei 10.826/2003) será alterado e a legislação permitirá que armas apreendidas serão doadas para as forças policiais dos Estados e da União.

Segundo Wilder, a sua proposta moderniza o Estatuto do Desarmamento e prevê uma ação mais inteligente sobre o uso de armas que são apreendidas. Atualmente, de acordo com o Estatuto do Desarmamento, as armas apreendidas em operações policiais devem ser destruídas ou entregues para museus em casos específicos de armamentos de valor histórico. "Com a mudança que estamos propondo, teremos redução de gastos na compra de armamentos pelos governos e também podemos melhorar ainda mais o tipo de arma que nossos policiais poderão utilizar no dia a dia contra o crime", avisa Wilder.

O senador Wilder informa ainda que a sua proposta foi discutida e elaborada em parceria com a Polícia Militar de Goiás. De acordo com o projeto, as armas apreendidas serão entregues às forças policiais dos Estados. "Há em curso uma espécie de corrida armamentista entre policiais e bandidos e nós estamos ficando para trás. Sou testemunha do esforço do governador Marconi Perillo e do secretário José Eliton para tirar de circulação os bandidos e as armas, mas essa é uma guerra que precisa da nossa atuação para reduzir o poder de fogo do crime", destaca Wilder.

14 GOIÂNIA, QUARTA-FEIRA, 17 DE AGOSTO DE 2016 WWW.DM.COM.BR Diário da Manhã

Fio Direto

SUELY ARANTES

Valor Econômico destaca atuação de Wilder Morais na relatoria da MP 727

- Quando Goiás aparece na mídia nacional, geralmente, vem má notícia por aí. Mas reportagem no jornal *Valor Econômico* da última sexta-feira, 12, enfocou o trabalho do senador Wilder Morais. O destaque é pelo fato de ele ser o relator da Medida Provisória 727, criada pelo presidente Michel Temer.
- Por trás dessa medida está o Programa de Parcerias e Investimentos (PPI). O interesse é combater a burocracia e o excesso de interferência do Estado, sinônimo de fracasso nas concessões.
- "O custo Brasil tem três grandes vilões, e a burocracia é um deles", diz Wilder. A dupla do mal, que completa o trio, é formada por carga tributária elevada e carência de infraestrutura. Para Wilder, "o governo atual se deu conta de que o País só vai realmente se tornar competitivo no mercado internacional se o custo Brasil for diminuído consideravelmente".
- Segundo o senador de Goiás, "é necessário atacar rigorosamente a burocracia e conter a interferência do Estado". E calma aí que esse Estado não é referência a Goiás, mas ao poder público. Este posicionamento do parlamentar goiano sobre o tripé maligno da economia, inclusive, já foi assunto de matéria publicada neste jornal no dia 26 de abril de 2014.